
**EM CARTAZ, O GOVERNO DE MINAS:
"REINVENTANDO A EDUCAÇÃO"**

Dileno Dustan¹
Simone Ribeiro²

RESUMO

Esse texto procura fazer uma análise das mudanças educacionais sofridas no período de 1995 a 1998, no Estado de Minas Gerais, período que culminou com a implementação da proposta de capacitação dos professores(as) da rede estadual de ensino, em que foi introduzido o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP). Nesse sentido busca-se discutir a lógica do PROCAP e a raiz que demanda tal capacitação a partir de um referencial teórico que aponta o Banco Mundial como o novo agente das mudanças educacionais na América Latina.

¹ Pedagogo, Mestre em educação e Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

² Mestre em educação.

NOS BASTIDORES...

As mudanças pelas quais a sociedade capitalista vem passando não são recentes, surgem basicamente nos anos 40/50, na Europa, e constituem o cenário desta apresentação teatral.

O neoliberalismo consiste numa reação teórica e política enquanto ideologia de acumulação do capital contrapondo-se ao Estado de bem-estar-social e poderíamos dizer que o eixo central da argumentação neoliberal era o fato de que a liberdade da concorrência ficava ameaçada devido a intervenção do Estado. Sendo assim, os intelectuais neoliberais entendem ser necessário um novo senso comum a fim de garantir o êxito ideológico do livre mercado.

Desde muito cedo, os intelectuais neoliberais reconheceram que a construção desse novo senso comum (ou, em certo sentido, desse novo imaginário social) era um dos desafios prioritários para garantir o êxito na construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre mercado e sem a interferência sempre perniciosa da intervenção estatal. Não se tratava só de elaborar receitas acadêmicas coerentes e rigorosas, mas, acima de tudo, de conseguir que tais fórmulas fossem aceitas, reconhecidas e exigidas pela sociedade como a solução natural para antigos problemas estruturais.³

Esta necessidade do capital em romper com o velho padrão de exploração (no sentido de eliminar para conservar) introduz novas exigências para a organização do Estado, para o trabalhador, para a escola e para a formação/qualificação dos professores.

Demonstrar como os roteiros desta encenação foram sendo construído é o propósito deste trabalho.

A estréia desta turnê global começa a partir de 1979, quando o programa neoliberal consegue ser implementado, através do governo Thatcher, na Inglaterra, colocando em prática as diretrizes políticas neoliberais. Logo depois é a vez de Reagan, nos Estados Unidos da América. Em 1982, através de Kohl, na Alemanha. Em 1983, Schluter, na Dinamarca. “Em seguida quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Austrália, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período”⁴, levando

Os governos Thatcher a ajustarem a emissão monetária elevando as taxas de juros, baixando drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente — esta foi uma medida surpreendentemente tardia —, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.⁵

A Europa passa por significativas mudanças no que diz respeito a implementação das políticas públicas que, dentro do sistema capitalista,

³ Gentili, P., Silva, T. T. *Escola s/a: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. CNTE, 1996. p.11-12.

⁴ ANDERSON, P. Op. Cit. p.11.

⁵ Ibidem, p.12.

exercia a função de minimizar os efeitos de marginalização e pauperização crescentes no chamado primeiro mundo. O crescimento do capitalismo ampliou as desigualdades, sobretudo depois da crise de 1929, quando o liberalismo econômico praticamente colocou a sociedade capitalista em xeque devido à superprodução que ameaçava asfixiar o sistema.

No entanto, nem todos os detalhes da nova montagem teatral estavam afinados, as condições iniciais para uma hegemonia neoliberal não era de todo favorável. O espetáculo proporcionado pelo capitalismo avançado ainda lotava as platéias e levava alguns ao delírio devido a uma longa fase de auges, sem precedentes, apresentando o mais rápido crescimento da história.

Por essa razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer tipo de regulação do mercado por parte do Estado. Isso porque, esse Estado de bem-estar-social (keynesiano) coincide com o período de maior crescimento da sociedade capitalista do pós-guerra até os anos 70, o que pressupõe uma análise de que a crise da sociedade capitalista é necessariamente situada dentro de um contexto histórico mais complexo.

Na realidade, o espetáculo neoliberal começa a ganhar força a partir de 1973, quando o mundo capitalista avançado começa a passar por uma profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação.

Tentando resolver a atual crise de acumulação capitalista, o neoliberalismo preconiza a seletividade no emprego de subsídios estatais à economia, dando prioridade ao desenvolvimento de políticas que venham a consolidar o paradigma da acumulação flexível e deixando à

iniciativa privada a resolução de problemas econômicos de qualquer outra natureza. Nessa perspectiva, o neoliberalismo utiliza como estratégia governamental, a redução dos gastos do Estado com a reprodução da força de trabalho, diminuindo a proteção social alcançada historicamente pela classe trabalhadora⁶.

Dentro desse novo contexto, o mercado é encarado como o mais recente e promissor deus das relações sociais passando a ser, então, o protagonista dos novos roteiros escritos sob a égide do neoliberalismo. Com isso, o mercado ressurgiu como a grande esperança dos reordenadores do capitalismo. É preciso então repensar a estrutura social, rever os parâmetros da educação para uma sociedade com novas exigências, é preciso forjar um homem com novas concepções, nos rumos da nova ordem mundial.

ABREM-SE AS CORTINAS

Nosso espetáculo começa com a Conferência de Educação para Todos, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Banco Mundial (BIRD) realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. A perspectiva desta conferência era de definir metas educacionais para os países pobres terceiro-mundistas, ao mesmo tempo que se pretendia romper com um tipo de educação não muito favorável à nova dinâmica global, ou seja, desde os anos 70, o mundo vinha passando por mudanças conceituais na forma de encarar o Estado, por isso é preciso rever as perspectivas educacionais dentro de uma concepção

⁶ Neves, L.M. Wanderley. *Brasil ano 2000: uma nova divisão de trabalho e educação*. Rio de Janeiro, 1996. p.14. (mimeografado)

diferenciada de financiamento da educação.

Como resposta às exigências dos organismos internacionais o governo brasileiro formula o Plano Decenal de Educação para Todos, em que define as suas estratégias e perspectivas para os próximos dez anos (1993/2003), sendo que, uma dessas diretrizes é assegurar à população o direito à educação⁷, colaborando desta forma com o esforço mundial de universalização da educação básica.

O Plano de educação Para Todos não se confunde com o plano nacional de educação previsto na constituição e que incluirá todos os níveis e modalidades de ensino. Tampouco se caracteriza um plano ao estilo tradicional, em respeito mesmo à organização federativa do país. Delimitando-se no campo da educação básica para todos, que é a prioridade mais importante neste momento, o Plano responde ao dispositivo constitucional que determina "eliminar analfabetismo e universalizar o ensino fundamental" nos próximos dez anos⁸.

Essa (re)arrumação passa pela (re)definição do valor da educação que, nas novas formas de organização da produção, passa a interessar mais. No entanto, é preciso acompanhar a apresentação do espetáculo com um olhar crítico permanente pois, atrás dos figurinos e da maquiagem bem feitos, há um projeto político que atende aos interesses do capital. Neste contexto, a escola assume um novo papel, deixa de

ser apresentada como local de formação técnico-política da sociedade e passa a ser conceituada como sendo agente de prestação de serviços à sociedade (o que define um novo conceito de cidadão, ou seja, o cidadão cliente), isto porque, na concepção do MEC:

O sistema educacional tem se caracterizado por elevado coeficiente de inércia que constrange a disposição para melhorar, agir cooperativamente, adotar inovações e incorporar avanços cognitivos e tecnológicos nos processos de ensino e de gestão escolar.

A falta de consistência, de continuidade, de integração estratégica e de focalização das ações de direção e de administração dos sistemas leva uma ineficiente orientação das equipes responsáveis pelas unidades escolares. Os problemas de gestão estão presentes nos vários níveis decisórios do sistema educacional.

A centralização nas três instâncias do governo - Federal, Estadual e Municipal - impediu o surgimento de uma escola com identidade e compromisso público de desempenho. Em decorrência, a instituição escolar caracterizou-se pela falta de autonomia didática e financeira e pela ausência de participação da comunidade. Esses fatores constituem obstáculo para construção e a execução de um projeto pedagógico elaborado a partir da necessidades básicas de aprendizagem de seus alunos⁹.

O fundamento desta crítica é parcial à medida que a escola é avaliada sob a ótica do capital, não afirmamos com isto, que o atual modelo de educação interessa e atende aos anseios das camadas populares. As críticas que se fazem à escola são conjunturais e não buscam superar os reais problemas da educação na busca por um espaço mais

⁷ No padrão de exploração anterior, a formação do trabalhador era limitada ao extremo, uma vez que o que importava era o domínio de algumas habilidades necessárias à execução das tarefas dentro de um determinado ritmo de trabalho, a educação escolar era um complemento e a má qualidade da escola não apenas não era um problema como, em muitos casos era necessária.

⁸ Plano decenal de educação. Brasília, MEC, 1993, p.14.

⁹ *Ibidem*, p.27.

democrático e de qualidade para os trabalhadores.

O Estado que gerenciou e produziu esta "falta de autonomia didática e financeira" e a "ausência de participação da comunidade" utiliza agora estes argumentos a fim de criar um consenso e justificar a implementação das políticas privatistas no sistema escolar.

O sucesso do plano decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional¹⁰.

Desse modo, os termos qualidade e autonomia entram no script neoliberal segundo a conveniência e as exigências apresentadas pelo Banco Mundial a partir dos modelos internacionais.

Na Bolívia, a terceirização da administração de escolas públicas com uma organização religiosa local está produzindo resultados promissores. O governo contratou com a organização religiosa *fe y alegría*, a administração de muitas escolas públicas, principalmente secundárias. Antes de aceitar a incumbência, a *fe y alegría* pleiteou (e recebeu) o direito de nomear diretores e professores e de permitir que os professores trabalhassem no turno da manhã e da tarde, em vez de três horas e meia reservadas para instrução nas escolas públicas (...) Os professores e alunos convergem em massa para a escola da *fe y alegría*, e muitas famílias pagam taxas adicionais para que seus filhos as frequentem (...) Essa parceria público-privado entre o governo e uma

ONG religiosa parece ser tão bem sucedida que o governo está considerando a sua adoção como possível modelo para a forma nacional de ensino¹¹.

PRIMEIRO ATO

A apresentação do Plano Decenal de Educação para Todos, pelo MEC, como perspectiva de mudança no quadro educacional e como diretriz para a educação, recebeu total atenção do governo de Minas (1994-1998), que organizou através da Secretaria de Estado da Educação o Encontro Estadual "Educação para todos: e as ONGs¹²? - Contribuições de Minas", para discutir, dentro da configuração da Conferência Mundial e do Plano decenal de educação para todos, com diversas Organizações da sociedade civil, alternativas para o cumprimento das metas estabelecidas.

O que este processo de articulação entre governo e organizações da sociedade civil, que envolve também os cidadãos, traz implícito, é a idéia de culpabilidade coletiva sobre os males que a sociedade vem passando, forjando uma realidade que está longe de existir. Pois, se agora os resultados desastrosos das políticas educacionais são socializados (como se os trabalhadores tivessem participado das decisões políticas que os geraram e, portanto, devessem também assumir e pagar pela crise), este outro projeto/encenação está se estruturando no sentido de manter as condições de reprodução do capital. Sendo assim, os pobres passam a ser culpados pela sua pobreza e miséria; os desempregados pelo refluxo do mercado de trabalho e pelo desemprego; os favelados pela sua condição de pobreza e pela violência urbana; os camponeses

¹⁰ Ibidem, p.46.

¹¹ Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1997: *O Estado num mundo em transformação*. Banco Mundial, Washington, 1997, p.94.

¹² ONGs: Organizações não Governamentais.

sem terra pela violência no campo; os pais pelo "fracasso" dos filhos na escola e os professores pela sua desqualificação e pela péssima qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, não nos parece que os resultados desta nova produção possam ser muito diferentes.

Na apresentação do documento síntese do Encontro Estadual "Educação para todos: e as ONGs? - Contribuições de Minas", se afirma a necessidade de superação do alternativo, definido como sustentáculo da insuficiência e ineficiência da escola para que se possa atingir as metas da Conferência Mundial. E, nesta perspectiva, buscando superar o problema educacional do Estado de Minas Gerais, as ONGs são chamadas a assumirem de forma responsável um papel social. Mais uma vez verificamos que o roteiro foi escrito a partir da lógica do Banco Mundial, afinal este afirma que as ONGs surgiram para contestar o Estado, porém, nesse momento, devem se incluir naturalmente no gerenciamento das políticas sociais que o Estado não é capaz de gerenciar¹³.

Nesse momento, essas ONGs passam a ser superestimadas. Na montagem do espetáculo elas são convidadas a fazerem uma participação especial, pois, para o roteiro seguir sua lógica, estas organizações assumem relevante importância e competência, no sentido de contribuírem com o fim das injustiças educacionais.

As ONGs sempre foram, são e haverão de ser, cada vez mais, um aliado natural de todos aqueles que se dispuseram a trabalhar pela paz, pelo desenvolvimento e pelos direitos humanos. E a luta por tudo isso, todos nós bem sabemos começa na escola. Educar as novas gerações é a melhor, senão a única, maneira de assegurar que o futuro haverá de ser a superação e não apenas a contribuição das dificuldades e

impasses da presente fase da nossa evolução histórica¹⁴.

Isso quer dizer que, as ONGs são tidas como fundamentais para ampliar a oferta de educação, ampliando sua quantidade e sua qualidade, ou seja, a tarefa de criar novos espaços educativos, escolas, salas de aula, uma tarefa nada simples nem fácil. O que se espera é que as ONGs entrem em cena substituindo e assumindo o papel do Estado?

O que se espera das ONGs nesse momento é muito mais do que ações alternativas de atenção direta realizadas no terreno baldio das políticas públicas. O que a nossa realidade, de forma tão dramática, necessita e requer desses importantes atores sociais é que, seja nos programas de atendimento, seja no âmbito da programação e defesa de direitos, o seu protagonismo tenha um perfil alternativo do quadro político e social gerador de tantas e tamanhas distorções¹⁵.

O texto foi devidamente decorado: é preciso haver uma nova forma de cooperação para compartilhar os problemas enfrentados no campo da educação. As ONGs entram em cena não como instituições capazes de formular propostas para o avanço do sistema educacional e sim como substitutas do papel do Estado, capazes de administrar a escola via terceirização e prestação de serviços.

Na Segunda metade da década de 1980, a Colômbia passou a trilhar um caminho de descentralização e de reforma política que reverteu uma longa tradição de centralismo. O novo governo modificou os rumos, transferindo ao nível local a prestação de serviços sociais e abrindo o rígido sistema de nomeação política à escolha eleitoral

¹⁴ Encontro Estadual "Educação para Todos: e as ONGs? Contribuição de Minas. UNICEF, 1994, p.7.

¹⁵ Ibidem, p.9.

¹³ Ibidem, 1994.

local. Assim também, na Venezuela e em outros países da América do Sul, governos locais atuantes tornaram mais sensível a administrações locais e melhoraram a qualidade da prestação de serviço, em muitos casos de forma excepcional¹⁶.

SEGUNDO ATO

Seguindo o roteiro, a educação em Minas Gerais segue também as tendências da formação e capacitação docente observadas atualmente, principalmente nos países da América Latina. Mais uma vez é necessário falar do patrocinador do espetáculo: o Banco Mundial. Este tem conseguido, através da ajuda financeira, intervir na definição das prioridades, das estratégias e dos conteúdos que as reformas educativas apresentam em cada país.

Neste sentido, Minas consegue atender às exigências do patrocinador, consolidando um projeto de requalificação do professor que segue algumas novas tendências: ênfase na formação docente em serviço, a promoção das modalidades de ensino a distância e incremento na tecnologia educativa e no livro didático. Vejamos como cada uma destas tendências compõem a cena da formação de professores na nova conjuntura e, mais especificamente, em Minas.

A formação de professores, nesta década, tem estado novamente em cartaz, mas a discussão da formação inicial vem se diluindo e até desaparecendo perdendo seu espaço para a formação em serviço. Aqui também o teatro vive de maniqueísmo: ou é o bem ou é o mal, ou é a formação inicial ou é a formação em serviço, ou seja, a mudança é apenas uma questão de ênfase, numa visão dicotômica que

estrutura a política educativa optando ora por este caminho ora por aquele, mas seguindo sempre para o mesmo lugar.

Os financiamentos tanto nacionais quanto internacionais estão voltados para a formação em serviço.

Esta ênfase na capacitação em serviço e o correspondente abandono da formação inicial) está fortemente vinculada ao Banco Mundial, a suas recomendações de política e o seu financiamento nos países em desenvolvimento. Ao analisar as lições aprendidas nesses últimos 25 anos de empréstimos ao setor educativo no Terceiro Mundo, o banco Mundial concluiu que há um conjunto de "avenidas promissoras" — ou que funcionam — e de "becos sem saída" — ou que não funcionam (Lockheed e Verspoor, 1990). Entre as primeiras, está a capacitação em serviço; entre os segundos, a formação inicial. As rubricas orçamentárias dos empréstimos aos governos encarregam-se de pôr em prática tais recomendações¹⁷.

Assim, seguindo as recomendações, o governo de Minas criou o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP). No que diz respeito aos pressupostos metodológicos, o que se pode perceber é que a qualificação dos professores dar-se-á através de cursos com materiais impressos e videográficos contando com uma pessoa treinada para tirar as dúvidas específicas dos professores, um facilitador. Os professores terão acesso ao material do curso, assistirão aos

¹⁶ Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1997: *O Estado num mundo em transformação*. Banco Mundial, Washington, 1997, p. 127.

¹⁷ Torres, Rosa Maria. *Tendências na Formação Docente nos anos 90*. In: Warde M. J.(org) II Seminário Internacional Novas Políticas Educacionais: críticas e perspectivas. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

vídeos e depois poderão tirar suas dúvidas com pessoas treinadas para tirar dúvidas específicas desse material.

O PROCAP se caracteriza como sendo um programa de formação em serviço, destinado a professores que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental, através de um processo de ensino a distância, ou seja,

A dificuldade de superar os denominados programas formais de atendimento aos profissionais em serviço, realizados somente por meios de atividades de ensino presencial, faz com as instituições se reestruturem no sentido de propiciar mecanismos e ações que atendam aos novos desafios de construção do conhecimento.

Nesse sentido, é possível afirmar que, tanto a formação continuada, quanto a discussão a distância são algumas das principais exigências dos tempos atuais na busca pela concretização da melhoria da qualidade na educação¹⁸. (grifo nosso)

É procurando superar os programas formais de atendimento que Minas acompanha as tendências e além da estratégia de formação em serviço, faz uso das modalidades de ensino à distância. Afinal, formar o trabalhador no próprio trabalho, dentro da ótica de reestruturação das formas de produção, é altamente produtivo. E, a educação à distância é uma ótima alternativa para se massificar este tipo de ensino. Afinal, as Instituições educativas formais¹⁹

¹⁸ Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais: **Guia de estudos gerais**. SEE-MG, 1997, p.7.

¹⁹ Segundo Maria Clara di Piero, no documento ONGs's e Educação contribuições de Minas "[...] perante o conceito ampliado de educação oferecido por Jomtien, a dicotomia entre formal e não-formal (historicamente estabelecida no âmbito da educação popular) perde sentido...". No entanto, para fins de remuneração e ascensão na carreira, os parâmetros ainda são ditados pela qualificação formal.

(escolas, universidades etc.) não são competentes em formar o trabalhador que, sem a perspectiva da educação formal, ganha menos e é mais fácil de descartar.

A ênfase atual na capacitação em serviço fundamenta-se, entre outras, na idéia de que não é preciso contratar novos professores, trata-se apenas de redistribuir racionalmente (e até depurar) e "reciclar" os existentes. De fato, a necessidade de racionalizar a contratação e a distribuição dos professores é ponto decididamente recomendado pelo Banco Mundial aos governos, por meio — também — de medidas tais como o incremento do número de alunos por professor. O Banco argumenta que, ao aumentar a relação aluno/professor, faz-se uma economia que pode ser investida na capacitação em serviço dos docentes e no livro didático²⁰.

O processo de formação do professor, nessa perspectiva, é eminentemente conjuntural, ou seja, um tipo de educação instrumental, direcionada para o imediato, em que o fazer e o pensar estão desvinculados de uma reflexão mais ampla que envolva todas as dimensões do processo educativo.

Essa qualificação tem como pressuposto imprimir no professor "novas alternativas" de trabalho em sala de aula dentro de uma concepção de formação aligeirada tanto dos professores, quanto de alunos, pois o ensino será trabalhado na perspectiva "de uma educação possível e necessária"²¹. Quer dizer, na fala da Secretaria Estadual de Educação, "a escola há de ser o espaço que garanta ao aluno um ensino de qualidade,

²⁰ Torres, Rosa Maria. Op cit. p. 176.

²¹ Secretaria de Estado de Educação: Reflexões sobre a Prática Pedagógica. SEE/MG, 1997, p.11.

considerando o momento atual, numa dimensão prospectiva, sem perder de vista o ritmo acelerado de mudança que marca este final de milênio²²"

E, no final do milênio, como num cenário futurista, a tecnologia chega às escolas: parabólicas, vídeos, computadores etc. e neste contexto se atende a última tendência que estamos focalizando na formação de professores em Minas Gerais.

Nos projetos financiados pelo Banco Mundial para melhorar a qualidade da educação, o material instrucional e o livro didático são em geral a primeira ou a segunda rubrica, depois da construção escolar. Não obstante, são cada vez mais freqüentes os programas de capacitação docente que, na verdade, constituem um complemento à entrega de algum "pacote" didático. A relação aparece, então, invertida: não é o livro didático que complementa o professor é o professor que complementa o livro.[...]

Os materiais auto-instrutivos, organizados em módulos, como os que projetam para os sistemas plurisseriados e a distância, converteram-se em protótipo do material didático no âmbito escolar. Tudo isto contradiz o discurso educativo atual, em particular o latino-americano, em que se enfatiza o protagonismo, a revalorização, a autonomia e a profissionalização do professor.²³

É importante que a educação tenha como preocupação o momento atual, a fim de discuti-lo criticamente e compreendê-lo, mas essa conjuntura não deve determinar, ou pior, minimizar o conteúdo a ser trabalhado na escola. É preciso atentar para os modismos ditados pelos organismos multilaterais e

compreender o esforço da globalização em moldar a educação.

Essa política de fazer recomendações e apresentar modelos educativos não é uma iniciativa nova; na verdade, é nossa velha conhecida. Nos anos 70, tivemos a 5672/71, que redirecionou o processo educativo para o tecnicismo, reduzindo o aprendizado para dar suporte a novas demandas industriais.

Hoje, com as novas necessidades de um mercado cada vez mais robotizado e computadorizado nos deparamos com a consolidação de um "nova" proposta educacional, que visa estreitar os laços entre o processo educativo e as novas necessidades do mercado, ou até mesmo justificar a nova perspectiva do mercado de trabalho que, ao substituir o trabalho homem pelo trabalho das máquinas, precisa mostrar à sociedade que o desemprego passa pela inadequação dos métodos de ensino e não pelas estratégias do mercado, ou seja, a escola é incompetente, bem como aqueles que nela trabalham.

Neste sentido, a existência de mecanismos de exclusão e discriminação educacional resulta, de forma clara e direta, da ineficácia da escola e da profunda incompetência daqueles que nela trabalham. Os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de democratização, mas uma crise gerencial. [...] O objetivo político de democratizar a escola está assim subordinado ao reconhecimento de que tal tarefa, depende, inexoravelmente, da realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a

²² *Ibidem*, p 11 - grifo nosso.

²³ Torres, Rosa Maria, *op cit*, p. 178-9.

produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais²⁴.

TERCEIRO ATO

As coincidências entre o discurso neoliberal e as reivindicações dos trabalhadores (democratização da escola, autonomia, ensino de qualidade) nos fazem perceber que a encenação dirigida pelo capital também tem o mérito de dificultar a compreensão da profundidade e perversidade da crise atual do capitalismo, à medida que mascara, mistifica e falseia a relação de domínio entre as classes sociais.

No palco uma sociedade globalizada, com uma crise mundial, estamos todos no mesmo barco e temos apenas uma saída: o projeto neoliberal. Será?!

Como vimos anteriormente, antes da aparição do PROCAP, foi organizado um encontro para discutir as necessidades educativa do Estado de Minas Gerais e desse encontro surgiram algumas resoluções²⁵. Sendo que, uma de suas preocupações é de superar o alternativo.

Numa leitura mais atenta, percebe-se que está em jogo nessa superação do alternativo é exatamente superar a escola enquanto princípio de direito social. "Superar o alternativo, sustentáculo da insuficiência da escola, para situar-se na efetivação da política pública - estratégia fundamental para a potencialização do sistema formal - é, então, o desafio que se nos apresenta"²⁶.

O que antes era oficial, agora é alternativo, para esta mudança de foco os pontos fundamentais de embasamento ideológico foram as diretrizes da Conferência Mundial de Educação para todos realizada em Jomtien. Nesse contexto, reordenar a gestão educacional na perspectiva de prestação de serviços e propor autonomia através da municipalização do ensino e independência na captação de recursos representa a des-responsabilização da União para com o ensino fundamental.

Nesse sentido, a discriminação e a exclusão passam a ser oficiais dentro da escola feita para pobres²⁷, isso na perspectiva de justificar o que os intelectuais neoliberais chamam de uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade.

FECHANDO AS CORTINAS: APLAUSOS OU VAIAS?

Esta encenação foi marcada por uma seqüência já bem conhecida: o Banco Mundial e os Governos neoliberais definiram e elaboraram o roteiro (projeto educacional); montaram o cenário, os figurinos, enfim organizaram a produção; divulgaram e criaram a expectativa do novo espetáculo e, por último, convocaram a sociedade para mais essa apresentação, a maioria ficaria apenas na platéia e mesmo aqueles que fariam parte do espetáculo, como os professores, por exemplo, não precisariam muito ensaio, bastava decorar o texto...

²⁴ Gentili, p. & Silva, T.T. *Escola S. A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Editora: CNTE, 1996, p.17-8.

²⁵ ONGs e Educação; contribuições de minas. Referenciais apontados no Encontro Estadual: *Educação Para Todos: e as ONGs?*. UNICEF, 1994.

²⁶ *Ibidem*, p.5.

²⁷ No Rio de Janeiro, por exemplo, a escola tida para pobres chama-se Brizolão (CIEPs), o que leva uma parcela de alunos a expressar sua rejeição a escola devido esta característica, que não é só verbalizada pelos alunos, mas também. O próprio livro dos CIEPs, justificado por Darcy Ribeiro, refere-se a escola pública como antipopular por excluir os mais pobres, por isso os CIEPs serão importante como forma de pagar essa dívida social.

Redefine-se o conceito de cidadão que, dentro da lógica mercadológica, passa a ser o cidadão cliente. Nessa concepção as políticas sociais não são concebidas como direitos, são concebidas como medidas compensatórias, buscando-se, assim, minimizar os efeitos perversos do ajuste neoliberal. A lógica da cidadania é a lógica do mercado de consumo, de bem-estar do cidadão, encarado como de contabilidade custo/benefício, por isso a preocupação do governo em redefinir e equacionar seus serviços a partir de critérios quantitativos.

Os organismos multilaterais exercem profunda influência nos rumos da educação e chegam a determinar os passos e as medidas que devem ser tomadas para "melhor" atender a sociedade, considerando esse quadro e sem nenhuma pretensão de profetizar, percebe-se que a perspectiva da escola pública é de ser muito pior do que já esta, exatamente por agudizar a exclusão.

Podemos então, conclusivamente, dizer que, os moldes da reinvenção da educação pelo governo de Minas é algo muito bem planejado como forma de consolidação da nova moda (hegemonia) mundial, o que satisfaz as diretrizes educacionais do Banco Mundial.

É preciso romper com essa lógica, e buscar a consolidação de uma escola que busque uma cidadania participativa, onde sejam formados cidadãos governantes-governados, governados-governantes consolidada na dinâmica do educador-educando, educando-educador.

A formação do professor, tem que passar por uma base teórica e prática que lhe dê uma compreensão mais ampla da sua responsabilidade enquanto participe da formação de cidadãos. Nesse sentido, é preciso discutir seus salários; garantir melhores condições de trabalho; consolidar um projeto de formação que supere a dicotomização entre as diferentes modalidades, garantindo uma qualificação ampla que considere, sobretudo, o professor real, suas expectativas e suas dificuldades; e é preciso, sobretudo, garantir a todos que fazem a escola (professores, pais, alunos etc.) a participação na definição das políticas educativas e com isso sair da virtualidade de que Minas tem a melhor educação do Brasil e compreender, que Minas vem paulatinamente aprofundando o processo de privatização da educação, subordinando os objetivos da escola aos objetivos empresariais. Nesse aspecto, certamente está na frente de muitos outros Estados.

· *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- ANDERSON, P.** Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Orgs.) *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995. 205p.
- BANCO MUNDIAL.** *Novas políticas urbanas; ONG e governos municipais na democratização latino- americana*. Compilado por Charles A. Reilly. Washington, D.C., 1994. 340 p.
- BANCO MUNDIAL.** *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997: o Estado num mundo em transformação*. Washington, D.C., 1997. p. 276.
- BRASIL.** Ministério de Educação e Cultura. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília, D.F., 1993. 127 p.
- CONTRIBUIÇÃO DE MINAS.** In: ENCONTRO ESTADUAL: EDUCAÇÃO PARA TODOS: E AS ONGs? 1994. Belo Horizonte, UNICEF, 1994. 49 p.
- GENTILI, P., SILVA, T.T.** *Escola s/a: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. CNTE, 1996. 188 p.
- HADDAD, S., TOMMASI, L., WARDE, M.J.** *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo : Cortez, 1996. 279 p.
- MINAS GERAIS.** Secretaria de Estado da Educação. Programa de Capacitação de Professores (PROCAP). *Guia de estudos gerais*. Belo Horizonte, 1997. 30 p.
- _____. *Reflexões sobre a prática pedagógica*. Belo Horizonte, 1997. 80 p.
- MONLEVADE, J., FERREIRA, E. B.** *O FUNDEF e seus pecados capitais*. Idéia cultural, 1997. 96 p.
- NEVES, L. M. WANDERLEY.** Brasil ano 2000: uma nova divisão de trabalho e educação. Rio de Janeiro, 1996. p. 68. (mimeografado)
- OLIVEIRA, D. A. (org).** *Gestão democrática da educação*. Petrópolis : Vozes, 1997. 283 p.
- SOUZA, D.D.L.** *Banco Mundial e as organizações não governamentais*. 1998. 38 p. (mimeografado)
- TORRES, R. M.** Tendências na Formação Docente nos anos 90. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CRÍTICAS E PERSPECTIVAS (2. : 1998 : São Paulo). *II Seminário Internacional Novas Políticas Educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia, 1998. 248 p, p. 173-191.